

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 010/004  
19-04-2004**

**ACTA N.º 010/004**

**Data da reunião ordinária:** 19-04-2004

**Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 15,27 horas

**Intervalos:** das 16,29 horas às 16,53 horas

**Términus da reunião:** 19,30 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 19/04/2004 .....1.125.776,34 €

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

**Vereadores:** Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Chefe de Repartição em Regime de Substituição

**Faltas justificadas:** Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

**Faltas por justificar:**

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **quinze horas e vinte e sete minutos**.-----

--- A seguir, e depois de submetida, pelo senhor Presidente, à votação, foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta da senhora Vereadora Luísa Mesquita à presente reunião.-----

--- Seguidamente, deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, prestando as seguintes informações:-----

--- Um – Deu conhecimento das decisões proferidas durante a última semana de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Dois – Dia vinte e três de Março – Recebeu em audiência representantes da Associação de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer.-----

--- Três – Dia seis de Abril – Reuniu com a Direcção do Grupo Desportivo de Perofilho.

--- Quatro – Recebeu em audiência vários munícipes.-----

--- Cinco – Recebeu em audiência o Director da Feira Nova – Santarém.-----

--- Seis – Dia sete de Abril – Reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia de Almoester.-----

--- Sete – Manteve reunião com o senhor Arquitecto Guedes de Amorim.-----

--- Oito – Reuniu com o senhor Engenheiro Torneiro, da Portugal Telecom.-----

--- Nove – Dia dezasseis de Abril – Esteve presente na Recepção na Câmara Municipal de Santarém ao Conselho de Administração da Portugal Telecom.-----

--- Dez – Participou no Workshop “Santarém – na Rota da Sustentabilidade do Ambiente Edificado”.-----

--- Onze – Dia dezassete de Abril – Esteve presente na homenagem a Salgueiro Maia, junto ao monumento em Santarém.-----

--- Doze – Esteve presente no lançamento da Fotobiografia de Salgueiro Maia nos Paços

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

do Concelho. -----

--- Treze – Esteve presente no almoço Comemorativo do Dia da Arma, na Escola Prática de Cavalaria. -----

--- Catorze – Participou na conferência de Imprensa “II Convenção da Água”.-----

--- Quinze – Esteve presente na “IV Gala da Escola de Dança Desportiva de Tremez”.---

--- Dezasseis – Participou nas Celebrações do Santíssimo Milagre. -----

--- Dezassete – Efectuou uma visita à Decormóvel. -----

--- Dezoito – Referiu que tem vindo a acompanhar as iniciativas no âmbito das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, sublinhando a grande adesão popular que se tem vindo a verificar. -----

--- Realçou a importância de se continuar a comemorar a revolução do Vinte e Cinco de Abril pois é essencial que todos os jovens que já nasceram depois daquela data tenham noção da importância que o mesmo teve no contexto da História de Portugal e na realidade que é hoje o Poder Local Democrático. -----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Chamou a atenção para o facto das famílias com menores recursos económicos poderem ficar isentas do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

--- Referiu que o número um do artigo quarenta e cinco do Estatuto dos Benefícios Fiscais prevê que quem tenha rendimentos inferiores a dois salários mínimos possa pedir isenção do pagamento deste imposto, o que poderá contemplar grande parte da população mais idosa. -----

--- Solicitou à Comunicação Social que divulgue esta situação para que as pessoas tenham conhecimento e possam usufruir deste benefício.-----

--- Aludiu à necessidade de, no próximo ano, se proceder a uma avaliação dos valores cobrados, por forma a que a taxa a aplicar possa ser alterada se se verificar que, efectivamente, estes valores foram elevados. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** – Aludiu também ao Imposto Municipal sobre Imóveis referindo que o Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que a

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

taxa a aplicar fosse menor, sem que tivesse obtido eco da parte do restante Executivo. Considerou positivo que no próximo ano se faça uma análise dos valores. -----

--- Senhor **Vereador José Andrade** – Solicitou informações sobre os processos relativos ao centro logístico da Unicer - Bebidas de Portugal, SGPS, SA, LACTOGAL - Produtos Alimentares, SA, e BONDUELLE porque, em seu entender, trata-se de projectos importantes e que iriam contribuir para o desenvolvimento de Santarém. -----

--- Senhor **Vereador Soares Cruz** – Sublinhou o esforço que o senhor Vereador Manuel Afonso tem vindo a desenvolver no sentido de manter a cidade mais limpa e atractiva. -----

--- Chamou, todavia, a atenção para alguns casos pontuais, como na Praça Cónego Manuel Formigão, em São Domingos, onde está um candeeiro partido e uma porção de terra que poderá constituir algum perigo para as crianças. -----

--- Referiu-se também aos carros pesados que ali circulam e que também podem constituir perigo para as crianças, sugerindo que o trânsito possa ser proibido naquele arruamento. -----

--- Aludiu ainda às licenças de habitabilidade perguntando se as mesmas não devem ser emitidas apenas quando as zonas envolventes também já estão devidamente concluídas. -

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de seis a quinze de Abril do corrente mês e constantes dos Editais números sessenta e quatro e sessenta e cinco/dois mil e três. -----

Dois – Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis disse partilhar da opinião do senhor Vereador José Marcelino. -----

--- Acrescentou, a este propósito, que, em termos de justiça social, faria sentido não impor o tecto máximo de sessenta euros para todos os munícipes, devendo haver uma cláusula de salvaguarda, eventualmente, de acordo com o rendimento do imóvel. -----

--- Frisou, todavia, que a deliberação do Executivo foi no sentido de, no próximo ano, se avaliar se a taxa se mantém ou não. -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Agradeceu as palavras do senhor Vereador

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

Soares Cruz e sublinhou o facto dos trabalhadores da Câmara Municipal de Santarém, designadamente dos Serviço de Higiene e Limpeza e Espaços Verdes estarem a desenvolver um trabalho muito dedicado em termos de limpeza da cidade e da periferia. -

--- Existem ainda algumas zonas que necessitam de ser limpas até para diminuir o risco de incêndios. -----

--- Referiu que também se está a proceder à limpeza das trepadeiras que asfixiam as árvores que são importantes para a fixação de terras nas barreiras.-----

--- Acrescentou que vai ser constituída uma equipa com cerca de seis trabalhadores para, em permanência, procederem à limpeza das encostas de Santarém, contribuindo para a sua estabilização e também, para tornar o ambiente mais agradável.-----

--- Disse estar convicto que, com o início da intervenção prevista para o Vale de Alfange – cujo projecto está concluído pelo INAG - Instituto da Água será aproveitada a oportunidade para fazer o acesso pedonal entre o Chafariz de D. Rita e Alfange.-----

--- Referiu estar a desenvolver contactos com os proprietários dos terrenos nas encostas de Santa Clara, a fim de que a Câmara possa proceder à respectiva limpeza.-----

--- Senhora **Vereadora Idália Moniz** – Um - Dia cinco de Abril – Reuniu com representantes do Movimento de Solidariedade Rural. -----

--- Dois – Dia seis de Abril – Reuniu com representantes da Escola Superior de Educação de Santarém.-----

--- Três - Reuniu com o senhor Dr. Aurélio Lopes. -----

--- Quatro – Esteve presente em reunião com representantes da Associação Comercial e Empresarial de Santarém. -----

--- Cinco – Reuniu com a senhora Dr.<sup>a</sup> Maria António.-----

--- Seis – Reuniu com o senhor João Vilaverde. -----

--- Sete – Dia oito de Abril – Esteve presente na reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses realizada em Vila Franca de Xira. -----

--- Oito – Dia treze de Abril – Reuniu com o senhor Director do Centro de Saúde de Santarém.-----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Nove – Dia catorze de Abril – Participou no Workshop, integrado no Projecto Crescer Cidadão, com o tema “Cidadania Empresarial e Responsabilidade Social das Empresas”.-----

--- Dez – Informou que no âmbito do trabalho que tem sido desenvolvido na Comissão Municipal de Saúde se realizou na semana anterior uma visita ao Centro de Saúde de modo a que se pudesse fazer uma elengagem exaustiva das condições de funcionamento do referido equipamento tendo sido, para o efeito, convocados todos os membros que integram esta comissão de saúde.-----

--- Essa visita foi efectuada pela senhora Vereadora, na qualidade de Vereadora da Saúde da Câmara Municipal de Santarém e de Presidente daquela Comissão, pelo senhor Director do Centro de Saúde de Santarém, Dr. Paulo Goux e pela senhora Directora do Centro de Apoio a Toxicodependência, Dr.<sup>a</sup> Ana Romão.-----

--- Apenas estes três cidadãos, com responsabilidades em Santarém, efectuaram esta visita com vista à elaboração de um documento a remeter aos senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Saúde e aos senhores Deputados eleitos pelo Distrito de Santarém, que virão a Santarém no próximo dia três de Maio – foram para isso convocados – para que vejam as condições em que se tentam prestar cuidados de saúde em Santarém. Referiu que irão também remeter o documento ao senhor Ministro da Saúde com indicação de que é urgente que se acabe com esta situação degradante na prestação de cuidados de saúde.-----

--- Informou que o documento ainda não foi elaborado, todavia nesta visita as principais carências detectadas foram:-----

- Falta de isolamento acústico;-----
- Falta de isolamento térmico;-----
- Falta de ventilação nos gabinetes médicos, salas de espera para utentes, gabinete de enfermagem e gabinetes administrativos.-----
- A zona de esterilização não tem condições para separar sujos de limpos.-----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

- Os espaços de armazenagem são altamente deficitários. -----
  - As instalações sanitárias estão desadequadas e degradadas. -----
  - Não há acesso a deficientes para o primeiro piso. -----
  - O mobiliário está completamente obsoleto não só dentro dos gabinetes de enfermagem e medicina mas, também o mobiliário das salas dos administrativos. -----
- Prosseguiu, afirmando que este Centro de Saúde de Santarém tem umas instalações escuras, desconfortáveis, desadequadas, indignas, degradantes para a prestação de cuidados de saúde, para o exercício profissional de médicos e enfermeiras e também do pessoal técnico e administrativo, razão pela qual chamou mais uma vez a atenção ao Executivo da necessidade urgente de se acabar com esta situação em Santarém. -----
- Onze – Reuniu com representantes da Santa Casa da Misericórdia de Santarém. -----
- Doze – Recebeu em audiência o senhor Hélio Correia. -----
- Treze – Concedeu entrevista aos jovens André e Eduardo no âmbito do Programa Ser Criança – Projecto **Anijovem**. -----
- Catorze – Recebeu em audiência o senhor Heitor Mendonça. -----
- Quinze – Assistiu à conferência subordinada ao tema “Exclusão Social: uma doença da democracia?”, organizada pela Federação Distrital do Partido Socialista de Santarém.
- Dezasseis – Dia quinze de Abril – Participou na reunião da Comissão Regional de Turismo. -----
- Dezassete – Recebeu em audiência o senhor Bonifácio Rodrigues, representante da Uguru. -----
- Dezoito - Assistiu aos concertos da Orquestra Típica Scalabitana e da Orquestra Ligeira do Exército, organizados pela escola Prática de Cavalaria de Santarém e realizados no auditório do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas para assinalar o Dia da Arma de Cavalaria. -----
- Dezanove – Dia dezasseis de Abril – Almoçou e reuniu com o senhor Presidente e senhores Vereadores com pelouros atribuídos. -----



**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

- Vinte – Dia dezoito de Abril – Esteve presente no almoço convívio realizado no antigo Pavilhão Social e integrado nas Festas do Santíssimo Milagre. -----
- Vinte e um - Participou na procissão pelas ruas do centro histórico, integrada nas Festas do Santíssimo Milagre. -----
- Disse ter sido com satisfação que viu a cidade engalanada, constatando que as pessoas responderam ao apelo de pôr a cidade mais bonita. -----
- Manifestou o seu apreço à Sociedade Recreativa Operária, à Associação Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, à Associação Comercial de Santarém e à Associação de Moradores do Centro Histórico que foram fundamentais para o êxito do embelezamento da cidade. -----
- Sublinhou a grande adesão popular à procissão do Santíssimo Milagre. -----
- Considerou importante para a cidade potenciar o turismo religioso, pelo que se está a fazer um esforço nesse sentido. -----
- Referiu ter sido apresentada uma candidatura à Secretaria de Estado do Turismo, que não foi aprovada com o argumento de que as celebrações do Santíssimo Milagre em Santarém não tinham qualquer relevo turístico, o que não se compreende. -----
- O senhor **Presidente** interveio novamente lembrando, a propósito do Imposto Municipal sobre Imóveis, que a Câmara Municipal seguiu as recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses no sentido de ser aplicada a taxa máxima, até porque havia uma cláusula de salvaguarda e estavam previstas na lei garantias de que o impacto não seria excessivo. Daí que se tenha deliberado neste sentido e, no futuro, após avaliação do impacto, os valores poderão ser revistos.-----
- A propósito da intervenção do senhor Vereador José Andrade sublinhou a sua preocupação relativamente a todos os projectos industriais, lembrando as diligências já efectuadas no sentido da respectiva resolução. -----
- A senhora **Vereadora Hélia Félix** referiu que o Centro de Saúde de Santarém também constitui uma preocupação do Partido Social Democrata até porque, no Distrito, Santarém é a cidade com pior equipamento. -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Teceu ainda algumas considerações a propósito do Imposto Municipal sobre Imóveis.

--- O senhor **Presidente** interveio mais uma vez referindo que na Recepção a sua Excelência o senhor Primeiro Ministro teve ocasião de salientar três reivindicações para Santarém entre as inúmeras que poderia ter feito:-----

•– Não faz sentido que, passados trinta anos do Vinte e Cinco de Abril, a ligação Santarém/Alcanede, se mantenha tal como estava antes do Vinte e Cinco de Abril;-----

•– Não faz sentido que haja escolas em Santarém sem pavilhões desportivos, quando a disciplina de educação física é obrigatória e -----

•– Não faz sentido que se tenha um Centro de Saúde em Santarém que não dignifica a democracia portuguesa. -----

--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) AVERBAMENTOS** -----

--- De **SCALURBA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.**, com sede na Avenida do Brasil, número vinte e quatro – sexto esquerdo, Município de Lisboa, solicitando averbamento do processo de loteamento número treze/dois mil, actualmente em nome de Eurobis – Sociedade Europeia de Imobiliário, Limitada, em virtude de ter adquirido o respectivo terreno. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, deferir em face dos documentos apresentados.

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **B) DIVERSOS**-----

--- De **FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO NICOLAU**, com sede na Rua Capelo e Ivens, número vinte sete, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para remodelação e ampliação de um edifício de

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

três pisos, para instalação da Casa Paroquial de São Nicolau, sito na Rua Doutor Mendes Pedroso, números nove a onze A, freguesia da sua sede. -----

--- Pela **Divisão de Núcleos Históricos**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Da análise dos elementos rectificadas agora entregues, verifica-se que as condições de salubridade do espaço coberto em questão no logradouro identificado como sala “Luiza Andaluz”, melhoraram substancialmente, incluindo o aumento de área permeável do logradouro. -----

--- Esta situação deste modo, já vai de encontro ao teor do parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico no que diz respeito ao logradouro, tendo em conta a diminuição da área de construção nesse local. -----

--- Face ao exposto julga-se que a pretensão agora poderá ser deferida, alertando-se da necessidade de prever um revestimento adequado e sóbrio, para a cobertura plana prevista para essa sala. Julga-se ainda ser conveniente o envio destas rectificações ao IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico. -----

--- A Câmara deliberou aprovar o projecto de arquitectura em causa, em face da informação atrás transcrita, devendo ser apresentados os projectos de especialidades, no prazo de cento e oitenta dias. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Soares Cruz. -----

--- De **SAL & MIRANDA, LIMITADA**, com sede na Praça Quinze de Dezembro, número vinte e três A – primeiro B-C, Município de Cartaxo, solicitando autorização para deslocação do estaleiro de areias na Ribeira de Santarém, freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém. -----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido o seguinte teor: -----

--- “A nova localização do estaleiro e respectivos acesso vai ao encontro das preocupações e exigências feitas pela Câmara relativamente às alterações de trânsito na Ribeira de Santarém, não havendo, assim, nada a opor a essa localização. -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- No entanto, como o terreno em causa está sujeito ao regime da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional, deverá a requerente obter a devida autorização da parte da Comissão Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste e da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, entidade esta que licencia a exploração de areias.”-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a nova localização para o estaleiro de areias, em face do parecer atrás transcrito. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Manuel Afonso.-----

--- **C) INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **MANUEL ARMANDO GOMES**, residente em Casais do Quintão, freguesia de Várzea, deste Município, solicitando informação prévia para construção de um pavilhão destinado a discoteca, no lugar da sua residência.-----

--- Pela **Divisão Gestão Urbanística**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Pretende-se informação sobre a viabilidade de construção de pavilhão com três mil metros quadrados, destinado à instalação de uma discoteca (Via In), numa parcela de terreno localizado entre a auto-estrada e a denominada “Rua O”.-----

--- O local em causa encontra-se abrangido pela servidão da auto-estrada e da “rua O”, e consequentemente sujeito a parecer do IEP (Instituto das Estradas de Portugal). -----

--- **ENQUADRAMENTO NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL** -----

--- A parcela tem área aproximada de dois vírgula cinco hectares (de acordo com indicação do proprietário), e localiza-se em espaço classificado no Plano Director Municipal como Espaço Verde Urbano de Integração Paisagística de Infra-estruturas, fora da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Importa referir que, não se encontra prevista no regulamento do Plano Director Municipal qualquer definição sobre a ocupação específica para a categoria de Espaços Verdes Urbanos de Integração Paisagística de Infra-estruturas.-----

--- No entanto, o artigo cinquenta e dois do Regulamento do Plano Director Municipal estabelece para a categoria de Espaços Verdes Urbanos o seguinte: -----

--- **Um** - (...) os espaços verdes urbanos, constituídos por (...) espaços ajardinados ou arborizados de protecção ambiental e de integração paisagística, não são susceptíveis de outros usos; -----

--- **Dois** - Nos espaços verdes urbanos é permitida a edificação de construções destinadas à sua manutenção, bem como equipamentos colectivos complementares que favoreçam a fruição destes espaços por parte da população, sem prejuízo dos regimes da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional quando aplicáveis, não podendo a sua superfície construída coberta ser superior a quinze por cento da sua área total;-----

--- **Três - QUADRO DE COMPATIBILIDADE DE USOS** -----

--- De acordo com o quadro de compatibilidades de usos do solo do regulamento do Plano Director Municipal, os usos de comércio, serviços, turismo, recreio e lazer, infra-estruturas e equipamentos, são compatíveis com esta categoria de espaço (espaço verde urbano);-----

--- Relativamente ao requerido e ao uso pretendido (pavilhão para instalação de discoteca), considera-se, face ao acima exposto, que, se por um lado não se encontraria em rigor comprometida a vocação de enquadramento paisagístico deste espaço, desde que fosse também assegurada com a intervenção, uma intervenção qualificada ao nível dos arranjos exteriores, com consolidação da envolvente natural de forma a contribuir para a valorização desta área e da sua natural vocação de enquadramento, por outro, a utilização requerida, associada a uma discoteca (identificada como um pavilhão a construir, com três mil metros quadrados), não conduz, numa leitura imediata, a uma efectiva fruição por parte da população (utilização nocturna). -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

**--- CONCLUSÃO-----**

--- Assim, considera-se que a eventual viabilidade da pretensão, dependerá de:-----

--- **Um** - Ser superiormente tomada decisão, face ao exposto nesta informação relativamente à ocupação destes espaços (tendo em consideração o previsto no regulamento do Plano Director Municipal e no quadro de compatibilidades constante no Anexo II do mesmo Plano Municipal do Ordenamento do Território);-----

--- **Dois** - Caso seja tomada decisão com sentido favorável, a viabilidade do requerido dependerá ainda do cumprimento das seguintes condições:-----

--- **Dois ponto um** - Ser obtido parecer favorável do IEP – Instituto das Estradas de Portugal, ou nas condições que vierem a ser emitidas por esta entidade (salvaguarda das servidões da auto-estrada e da “rua O” (IC), conforme previsto no Decreto-Lei número treze/noventa e quatro, de quinze de Janeiro);-----

--- **Dois ponto dois** - Ser obtido parecer favorável do Governador Civil, nos termos do previsto no artigo quarto do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dois, de onze de Março (altera e republica o Decreto-Lei número cento e sessenta e oito/noventa e sete, de quatro de Julho);-----

--- **Dois ponto três** - Não ser excedida a percentagem máxima de ocupação de quinze por cento, de acordo com o previsto no artigo cinquenta e dois (a justificar em função da área da parcela);-----

--- **Dois ponto quatro** - Ser adoptada solução qualificada ao nível da concepção do edifício e das suas características, com solução de arquitectura referencial, que contribua para a valorização do local (refira-se que a designação de pavilhão com três mil metros quadrados não se associa às exigências referidas neste ponto);-----

--- **Dois ponto cinco** - Ser assegurada uma intervenção qualificada ao nível dos arranjos exteriores, com consolidação da envolvente natural, de forma a contribuir para a valorização desta área e para a consolidação da sua natural vocação de enquadramento (c/ apresentação de projecto de arranjos exteriores);-----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- **Dois ponto seis** - Ser elaborado projecto de licenciamento de acordo com a legislação em vigor, cumprindo e justificando o previsto nos diplomas aplicáveis, dos quais se assinalam:-----

--- **Dois ponto seis ponto um** - Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dois, de onze de Março (altera e republica o Decreto-Lei número cento e sessenta e oito/noventa e sete, de quatro de Julho); -----

--- **Dois ponto seis ponto dois** - Decreto Regulamentar número quatro/noventa e nove, de um de Abril (altera e republica o Decreto Regulamentar número trinta e oito/noventa e sete, de vinte cinco de Setembro);-----

--- **Dois ponto seis ponto três** - Decreto-Lei número duzentos e sessenta e três/dois mil e um, de vinte oito de Setembro e Portaria número vinte seis/noventa e nove, de dezasseis de Janeiro (sistemas de segurança privada); -----

--- **Dois ponto seis ponto quatro** - Apresentação de projecto de segurança contra risco de incêndios (a sujeitar a parecer do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), de acordo com o previsto no Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dois, de onze de Março (altera e republica o Decreto-Lei número cento e sessenta e oito/noventa e sete, de quatro de Julho);-----

--- **Dois ponto sete** - O projecto de licenciamento será ainda sujeito a emissão de parecer da Delegação de Saúde, nos termos do mesmo diploma;-----

--- **Dois ponto oito** - Dimensionamento de estacionamento de acordo com o previsto na secção XI do Regulamento do Plano Director Municipal; -----

--- **Dois ponto nove** - Consolidação dos acessos à parcela (uma vez que conforme é visível nas fotos apresentadas, os acessos existentes são de natureza precária- terra batida);-----

--- **Dois ponto dez** - Deverá ainda ser tido em consideração o Decreto-Lei número trezentos e nove/dois mil e dois, de dezasseis de Dezembro, no que se refere à emissão da licença de utilização para recinto de diversões. -----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- **Dois ponto onze** - Deverá ainda ter-se em consideração o parecer que vier a ser emitido pela Junta de Freguesia. -----

--- **Dois ponto doze** - Chama-se ainda a atenção para a obrigatoriedade de cumprimento do Regulamento Geral do Ruído (aprovado pelo Decreto-Lei número duzentos e noventa e dois/dois mil, de catorze de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta e nove/dois mil e dois, de vinte e três de Novembro), que neste caso se reveste de particular especificidade face à actividade a desenvolver no edifício (actividade nocturna);-----

--- Regista-se uma vez mais, que as condicionantes acima referidas (ponto número dois da conclusão), só devem entender-se como condicionantes de viabilidade, caso seja emitida decisão favorável no que diz respeito ao conteúdo do ponto número um da mesma conclusão.”-----

--- Ainda pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que de acordo com os pareceres da Divisão Gestão Urbanística e do Departamento de Obras Municipais e face aos pareceres do Governo Civil, IEP – Instituto das Estradas de Portugal e Junta de Freguesia da Várzea, (constantes do processo) poderá viabilizar-se a pretensão, desde que sejam cumpridos os condicionamentos referidos nas informações da Divisão Gestão Urbanística, bem como os fixados pelo Governo Civil e IEP - Instituto das Estradas de Portugal. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável, desde que seja dado cumprimento às condições acima referidas, bem como as fixadas pelo Governo Civil e IEP - Instituto das Estradas de Portugal. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO** -----

--- De **JORGE MANUEL LOURINHO BELO ROSA**, residente na Rua Doutor António Monteiro, número dezassete, na Vila e freguesia de Alcanhões, deste



ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

Município, solicitando informação prévia para realização de uma operação de loteamento numa propriedade sita na Vila e freguesia da sua residência. -----

--- A **Divisão Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação: -----

--- “É solicitada informação sobre a viabilidade de realização de operação de loteamento (dois ou quatro lotes) em parcela de terreno localizada praticamente na totalidade, fora do limite do perímetro urbano da freguesia de Alcanhões.-----

--- De acordo com o disposto no artigo quarenta e um do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um, de quatro de Junho, informa-se que as operações de loteamento só podem realizar-se nas áreas situadas dentro dos perímetros urbanos. -----

--- Face ao acima exposto, informa-se que não poderá viabilizar-se a pretensão.” -----

--- Também o **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, informou que a área a lotear se situa fora do perímetro urbano, à excepção de uma pequena parte sem capacidade construtiva, devendo informar-se de que não é viável a pretensão, conforme parecer atrás transcrito. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável, em face dos pareceres atrás transcritos.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Manuel Afonso. -----

--- **D) LOTEAMENTOS** -----

--- De **ANGELINA & RODRIGUES – CONSTRUÇÕES, LIMITADA**, com sede na Avenida Vinte Cinco de Abril, número quarenta e seis, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, apresentando estudo de loteamento para uma propriedade sita no Casal de São Domingos, freguesia da sua residência.-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, emitiu um parecer do seguinte teor: -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- “Considerando que todas as entidades consultadas já se pronunciaram favoravelmente sobre o projecto de loteamento e uma vez que já decorreu o período de discussão pública sem que tivesse havido qualquer reclamação ou sugestão a respeito do mesmo, sou de parecer que se poderá aprovar definitivamente o projecto, nas condições referidas pela CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo e de se proceder, na medida do possível, às correcções do perfil da Avenida Bernardo Santareno de acordo com as preocupações manifestadas no parecer do Departamento de Obras Municipais (constante do processo), quando forem elaborados os projectos das especialidades.-----

--- Sendo a largura mínima da faixa destinada a ciclovia e passeio de quatro vírgula cinco metros, não é necessário fazer qualquer correcção no projecto a este respeito, como era sugerido no parecer do Departamento de Obras Municipais atrás referido.” ----

--- Pela **CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo**, foi emitido o seguinte parecer:-----

--- “Relativamente ao assunto referido em epígrafe, estes serviços emitem parecer favorável à pretensão no âmbito do domínio hídrico.-----

--- No entanto deverá a requerente solicitar o licenciamento de ocupação de domínio hídrico de acordo com o Decreto-Lei número quarenta e seis/noventa e quatro de vinte e dois de Fevereiro, para a descarga de águas pluviais na linha de água, construção do pontão na zona comercial, regularização da linha de água, substituição da passagem hidráulica sob a Avenida Bernardo Santareno e aterros junto à linha de água.” -----

--- Em face do exposto, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o presente estudo de loteamento, desde que seja dado cumprimento às condições constantes dos pareceres referidos no parecer atrás transcrito, devendo ainda apresentar os projectos das obras de urbanização, no prazo de cento e oitenta dias. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Manuel Afonso.-----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- De **FERNANDO JOAQUIM MELRO LEANDRO**, residente na Rua da Igreja, no lugar e freguesia de Abitureiras, deste Município, apresentando um estudo de loteamento para realização de uma operação de loteamento numa propriedade sita no lugar e freguesia de Romeira, também deste Município. -----

--- Pela **Divisão Gestão Urbanística**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “É apresentada nova planta de síntese com algumas das correcções solicitadas na anterior informação técnica. -----

--- Verifica-se que foi corrigido o quadro da planta de síntese, conforme solicitado, no sentido de clarificar a sua leitura. -----

--- Não foi prevista a distribuição de lugares de estacionamento público conforme sugerido na anterior informação, situação que se julgaria valorizadora da utilização da urbanização. -----

--- No entanto, encontra-se assegurado o dimensionamento total do número de lugares públicos exigível. -----

--- Não foram previstas árvores de alinhamento, de acordo com as sugestões feitas na anterior informação técnica e na informação da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida. Considera-se que deverá prever-se a sua implantação, no sentido de valorização e conforto ambiental. -----

--- Assim, deverá apresentar-se com o projecto de arranjos exteriores proposta dos alinhamentos arbóreos (devendo ter-se em consideração o teor do parecer da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida). -----

--- Foi emitido parecer favorável pelo IEP – Instituto das Estradas de Portugal, condicionado ao parecer favorável da CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (no âmbito do Decreto-Lei número treze/setenta e um, de vinte e três de Janeiro), parecer não recebido até esta data (ofício datado de trinta de Outubro do ano findo), julgando-se assim aplicável o disposto no número nove do artigo dezanove do Decreto-Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um, de quatro de Junho (concordância desta entidade). -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Foi apresentado relatório de recolha de dados acústicos, com justificação de que o local satisfaz os requisitos acústicos exigidos pela legislação para uma zona mista (que possibilita usos habitacionais, de acordo com o disposto na alínea h) do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e noventa e dois/dois mil, de catorze de Novembro.----

--- Face ao acima exposto, considera-se que poderá propor-se a aprovação da pretensão, devendo assegurar-se o cumprimento das condições constantes no parecer do IEP – Instituto das Estradas de Portugal, o exposto sobre a valorização dos espaços públicos (árvores de alinhamento), e ser apresentado regulamento completo (com adenda de vinte e quatro de Julho de dois mil e um - muros de vedação), e com a correcção conforme solicitado (número de lotes). (Não aplicável discussão pública, processo a decorrer ao abrigo do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um).” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o presente estudo de loteamento, de acordo com os pareceres técnicos emitidos e suas condições, devendo ser apresentados os projectos das obras de urbanização, no prazo de cento e oitenta dias. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Presidente. -----

--- De **IMOVISÃO SUL, GESTÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.**, com sede na Avenida Dom João II, número um ponto dezasseis ponto zero cinco, décimo terceiro Piso, Letra A, Parque das Nações, Município de Lisboa, apresentando alteração ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número doze/dois mil e dois, sita na Quinta das Trigosas, freguesia de Salvador, nesta Cidade (Regime Simplificado).-----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido o seguinte parecer:-----

--- Os elementos agora apresentados (Desenhos PE zero cinco e ; PE zero sete i) traduzem a preocupação de resolver as desconformidades detectadas quando da avaliação dos projectos de arquitectura das moradias em banda que têm dado entrada na Câmara Municipal de Santarém, relativamente aos parâmetros definidos no regulamento do loteamento. -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- A solução proposta (circunscrita à área correspondente a Espaço Urbanizável de baixa densidade) tem enquadramento na filosofia de intervenção preconizada no Plano Municipal do Ordenamento do Território em vigor para o Concelho, conforme se depreende pela leitura do quadro seguinte:-----

--- **Parâmetros Urbanísticos da área correspondente a Espaço Urbanizável de Baixa densidade ( Z 1 )**-----

	<b>Aprovado pela alteração ao alvará 12/2002</b>	<b>Solução apresentada</b>	<b>Conformidade com PDM</b>	<b>Índices PROPOSTO/PDM (máxima)</b>
COS	76 934,01 m <sup>2</sup>	76 904,41 m <sup>2</sup> (variação < - 3%)	Conforma-se	0.28(5) < 0.50
CAS	48 216,75 m <sup>2</sup>	48 379,00 m <sup>2</sup> (variação < + 3%)	Conforma-se	0.17(9) < 0.25
CIS	94 029,66 m <sup>2</sup>	94 191,91 m <sup>2</sup> (variação < + 3%)	Conforma-se	0.35(0) < 0.35*

--- \* Em situação limite, poderá aceitar-se que da alteração resulte o atingir do limite máximo possível de área de impermeabilização (zero ponto trinta e cinco menor ou igual que zero ponto trinta e cinco).-----

--- Considerando a escassa relevância da pretensão para as características da operação de loteamento licenciada, e tendo em conta que a empresa requerente fez recentemente prova de que detém a condição de proprietária de todos os lotes, conforme previsto no numero oito do Artigo vinte sete do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove de dezasseis de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um, de quatro de Junho, proponho a aprovação da proposta de alteração às características da operação de loteamento licenciada (regime simplificado).”-----

--- Ainda, pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que pode aprovar-se a alteração das áreas de implantação, de construção e de impermeabilização, as quais são inferiores a três por cento das áreas aprovadas.-----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a presente alteração ao estudo de loteamento, em face dos pareceres técnicos atrás transcritos. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Manuel Afonso.-----

--- Foi presente a **Informação do Consultor Jurídico**, sobre o loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número quinze/dois mil e dois, sita na Portela das Padeiras, freguesia de Salvador, nesta Cidade, em nome de L.P. Nobre, Limitada, do seguinte teor:-----

--- “**Um** – De acordo com os elementos do processo que nos foram enviados, a UNICER terá aterrado uma linha de água com obras por si promovidas, obstruindo desta forma o escoamento de água afluente a essa bacia hidrográfica. -----

--- **Dois** – Ainda que tais obras tenham sido licenciadas pela Câmara Municipal de Santarém, conforme se presume, a UNICER não podia ter aterrado essa linha de água sem, simultaneamente, promover a construção de um meio de escoamento das águas provenientes de prédios superiores. Trata-se de uma obrigação a que o número dois do artigo mil trezentos e cinquenta e um do Código Civil sujeita os proprietários de prédios inferiores relativamente às águas recebidas de prédios superiores. -----

--- **Três** – Independentemente de qual a entidade (Câmara Municipal ou Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais) que tinha jurisdição sobre a linha de água à data da obra obstrutiva realizada pela UNICER, ela encontra-se actualmente sob a jurisdição municipal.-----

--- **Quatro** – Nestes termos, compete à Câmara Municipal notificar a UNICER no sentido de reparar a situação criada, realizando as obras necessárias ao escoamento das águas provenientes dos prédios superiores, no prazo que lhe for razoavelmente fixado.”-

--- Deliberado por unanimidade, tomar conhecimento e informar a empresa L.P.Nobre, Limitada, de que poderá proceder à ligação das águas pluviais da parte Norte da urbanização, à rede pluvial da UNICER - Sumos e Refrigerantes, S.A., dado estarem inseridas na mesma bacia hidrográfica. -----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- Mais foi deliberado dar conhecimento da presente deliberação à UNICER - Sumos e Refrigerantes, S.A..-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Manuel Afonso.-----

--- **E) DECLARAÇÕES**-----

--- De **MARIA CLARA RODRIGUES BARGIELA E OUTRO**, residentes na Rua Doutor Virgílio Arruda, número dois – primeiro direito, freguesia de Marvila, nesta Cidade, apresentando pedido de autorização de venda de um/trinta e oito avos da fracção A, destinada a parque de estacionamento subterrâneo, em regime de direito de superfície, sito na Rua Projectada à Rua da sua residência.-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, informou que relativamente ao solicitado se poderá autorizar a venda da fracção, uma vez que se destina ao mesmo fim.-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, não exercer o direito de preferência na venda da fracção em causa.-----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ROMEIRA” – ADJUDICAÇÃO** – Pela **Comissão de Análise das Propostas** do concurso em epígrafe, foi presente o Relatório Final, datado de dois do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Tendo-se submetido o relatório de análise das propostas à apreciação dos concorrentes admitidos a concurso da empreitada referida em epígrafe, conforme preceituado no artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove de dois de Março, verificou-se não ter havido quaisquer reclamações, pelo que se propõe a adjudicação daquela empreitada à firma Manuel Mateus Frazão, Limitada, pelo valor de noventa e cinco mil novecentos e noventa e três euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA, para um prazo de execução de cento e oitenta dias, uma vez que foram cumpridas todas as formalidades.”-----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada à firma Manuel Mateus Frazão, Limitada, pelo valor de noventa e cinco mil novecentos e noventa e três euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA, para um prazo de execução de cento e oitenta dias, devendo celebrar-se o respectivo contrato. -----

--- Mais foi deliberado, conceder poderes ao senhor Presidente para aprovação da minuta e assinatura do contrato.-----

--- **ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO NÚMERO OITO DE SANTARÉM “LEÕES” – INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO INFANTIL** – Pela Arquitecta Paisagista Conceição Gaboleiro, da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, foi presente a informação número setenta e um, de quinze de Março último, do seguinte teor:-----

--- “No seguimento do despacho do senhor Vereador Joaquim Neto, de vinte e oito de Janeiro último, exarado no ofício de vinte do mesmo mês, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola mencionada em epígrafe, informa-se:-----

--- Um - No contacto estabelecido com o senhor Presidente da Direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação, foi-me dado a conhecer que o modelo de equipamento escolhido e apresentado ao senhor Vereador Joaquim Neto correspondia à referência cento e vinte mil e cem da “Lappset”, pelo que solicitei ao fornecedor do equipamento em Portugal, a empresa FLG – Fernando L. Gaspar, informação técnica e custos de fornecimento, transporte, montagem e instalação do equipamento.-----

--- Dois - De modo a ser possível definir com rigor a implantação do equipamento em causa, respeitando as áreas de segurança e a orientação solar, procedi, com o senhor Luís Fontes, ao levantamento à fita da caixa de areia existente e das árvores plantadas. -----

--- Três - Relativamente à reinstalação dos equipamentos actualmente existentes, já se prevêem novas localizações, faltando confirmar as áreas disponíveis nos outros locais. No entanto, e de forma a não retardar este processo, uma vez que se pretende que o novo equipamento possa ser instalado durante a pausa lectiva da Páscoa (cinco a dezasseis de



**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

Abril), elaborou-se a presente informação enquanto se aguarda o orçamento para a reinstalação dos equipamentos. -----

--- Quatro - Sou de parecer que o equipamento escolhido se apresenta como uma boa solução para o local dada a oferta de actividades (duas torres, rampa curva de trepar, ponte de equilíbrio, escorrega, escada de corda, rede, saída de bombeiros, arco com barras de balanço, três assentos, duas barras metálicas), o número de utilizadores em simultâneo (cinquenta crianças), a conformidade com os requisitos de segurança, e a assistência técnica prestada pelo fornecedor do equipamento, sugerindo a sua implantação conforme desenho número um. -----

--- Cinco - Considero no entanto que a melhor intervenção contemplaria a instalação de mais dois pequenos equipamentos complementares e na mesma linha - ref. dez mil duzentos e cinquenta e seis, para utilização sentado, e referência dez mil duzentos e cinquenta para utilização em pé, sugerindo-se a sua implantação conforme peça desenho número dois - alternativa. Esta opção é justificável pela dimensão da caixa de areia, pelo número de crianças que frequenta a escola e pela constatação durante a realização do levantamento à fita, da utilização intensa e até indevida, por crianças em pé, de um equipamento de mola existente. -----

--- Seis - Na análise do orçamento, verifica-se que o valor apresentado para o fornecimento, transporte, montagem e instalação do equipamento referência cento e vinte mil e cem é de dez mil cento e quarenta e cinco euros mais IVA (dezanove por cento), o que totaliza doze mil setenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos, valor este oitocentos e vinte e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos superior ao apresentado pela Associação de Pais. -----

Deste modo o subsídio a atribuir, caso corresponda à comparticipação da diferença entre o valor de fornecimento e instalação do equipamento mais IVA (doze mil setenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos) e o apoio que a Associação de Pais já obteve (três mil setecentos e cinquenta euros) é de oito mil trezentos e vinte e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos e não de sete mil e quinhentos euros conforme solicitado. -----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Sete - Para a proposta alternativa, com a instalação de três equipamentos e de um painel de informação (conforme artigo treze do Decreto-Lei número trezentos e setenta e nove/noventa e sete, de vinte e sete de Dezembro), estima-se acréscimo de cerca de dois mil seiscientos e cinquenta euros mais IVA, aos valores anteriormente mencionados, o que totalizaria, em termos de subsídio a atribuir onze mil quatrocentos e setenta e sete euros.-----

--- Oito - Independentemente da solução que venha a ser aprovada importa que durante o acompanhamento dos trabalhos de instalação do(s) equipamento(s) se confirme a profundidade da caixa de areia nas áreas de segurança, devendo a mesma permitir a colocação de uma camada de areia ou areão rolado com, pelo menos, trinta centímetros de espessura.-----

--- Nove - Mais se informa que relativamente ao acidente comunicado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação em quatro de Fevereiro de dois mil e quatro, se verificou, após contacto com a Coordenadora do Escola (Dr.<sup>a</sup> Irene Abreu) e com o Sr. Presidente da Direcção da Associação de Pais (Dr. Carlos Alves) que o mesmo ocorreu durante a utilização de um equipamento, não se devendo no entanto a qualquer deficiência do mesmo, tendo sido prontamente acompanhada por parte da docente e não tendo consequências de maior. -----

O acidente foi devidamente registado no Livro de Manutenção do EJR.”-----

--- Na sequência desta informação, o senhor Vereador Joaquim Neto propôs:-----

--- “Considerando o número de alunos e a disponibilidade da Associação de Pais para colaborar no processo, nomeadamente assumindo a contratação do serviço do fornecedor e apoiar financeiramente, ainda que por via de apoio monetário, proponho a aprovação da proposta referida no ponto sete, pelo que proponho a atribuição de um subsídio no montante de onze mil quatrocentos e setenta e sete euros à Associação de Pais. Importa referir que o equipamento actualmente instalado, adquirido recentemente, será deslocado para outro estabelecimento de ensino.”-----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- A Câmara deliberou, por unanimidade atribuir um subsídio no valor de onze mil quatrocentos e setenta e sete euros, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do Primeiro Ciclo Ensino Básico número oito de Santarém “Leões”, para a instalação de equipamento infantil.-----

--- **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM NO ANO DE DOIS MIL E TRÊS** – Foram presentes

para apreciação e votação, os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que os documentos em análise reflectem as dificuldades com que a Câmara Municipal de Santarém se tem vindo a debater. -----

--- Reflectem também a capacidade de captação dos fundos comunitários, as opções feitas face à recessão que aconteceu na economia portuguesa e face às restrições que o Governo introduziu, quer no que se refere ao endividamento das Autarquias, quer na utilização dos próprios empréstimos.-----

--- Reflecte ainda, o esforço financeiro que foi necessário fazer em várias áreas, nomeadamente, no âmbito da educação. -----

--- Aludiu às obras realizadas no âmbito de contratos programa assinados com a Administração Central para as quais a Autarquia não recebeu atempadamente os correspondentes montantes financeiros, reflectindo-se estes prejuízos nos fornecedores.-

--- Os documentos em análise, prosseguiu, apresentam claros indicadores do esforço que foi desenvolvido e das obras que foi possível concretizar em dois mil e três, reflectindo de forma fidedigna tudo o que tem a ver com as contas municipais. -----

--- Seguiu-se um amplo debate, tendo a senhora **Vereadora Hélia Félix** proferido a seguinte intervenção: “O PSD - Partido Social Democrata tem criticado nesta autarquia sucessivamente quer os orçamentos quer as contas de gerência de forma coerente e responsável, e neste sentido, impõe-se quanto a estas contas do exercício de dois mil e três uma referência muito particular aos funcionários desta autarquia. De facto, ao longo da análise destes documentos, mapas e anexos torna-se notório o seu empenho e esse

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

facto deve ser valorizado, verificando-se ter existido a correcção de alguns dos erros por nós denunciados nas contas do ano anterior. -----

--- No plano político é grande a nossa perplexidade: No início do seu mandato afirmou o senhor Presidente que se a Câmara fosse uma empresa estaria tecnicamente falida, tendo o senhor criticado, e bem, a anterior gestão socialista face às dívidas da Câmara. Então, se estaria falida nessa altura, é caso para perguntar como estará este ano? Como justifica uma gestão que aumenta as dívidas de curto prazo em quarenta e nove por cento, quando se executa apenas trinta e dois por cento do Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e três? -----

--- Entenderíamos as dívidas se existisse um investimento compatível e proporcional na qualidade de vida dos nossos cidadãos. Mas temos uma autarquia que cada vez gasta mais, se endivida mais, mas que não aposta na mesma medida no desenvolvimento do nosso concelho. Assim, somos confrontados com uma realidade inaceitável, com uma gestão com a qual não podemos concordar. -----

--- Mais grave se torna esta situação quando não há justificação possível, uma vez que os recebimentos da Câmara aumentaram, isto é, temos uma Câmara que recebeu mais de treze por cento, endividou-se mais quarenta e nove por cento e cumpriu zero por cento de um grande número de projectos.-----

--- Como é isto possível quando as receitas aumentam treze por cento e só de impostos recebem mais quatro vírgula oito por cento? Aumenta-se a receita, aumenta-se a dívida e não se cumprem promessas...-----

--- Que gestão é esta? As contas falam por si: o grande aumento não é em investimento no nosso concelho, mas em Fornecimentos e Serviços externos (ou seja, as despesas correntes) que aumentou sessenta e três por cento. Quando este tipo de despesas aumenta desmesuradamente será aceitável que a Câmara apenas tenha pago vinte e quatro por cento do montante devido às Juntas de Freguesia por obras executadas? Mais gravoso e injusto se torna este facto ao constatar que: a Junta de Freguesia da Gançaria recebeu zero euros, a Junta de Freguesia de Tremês unicamente seis vírgula cinco por cento, a

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

Junta de Freguesia de Alcanede apenas onze por cento, a Junta de Freguesia de Achete apenas onze por cento daquilo que deveriam ter recebido.-----

--- Se no anterior criticámos a existência de oito milhões oitocentos e cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta e nove euros de facturas em recepção/conferência, que tecnicamente são facturas que ainda não deram entrada na Câmara ou que ainda não foram conferidas, como é possível que passado um ano esta situação não tenha sido regularizada? Mas pelo contrário, se tenha agravado, sendo agora de nove milhões duzentos e seis mil setecentos e noventa e quatro euros? Qual a razão desta situação? Entendemos ser necessária a clarificação desta rubrica.-----

--- Neste momento está-se a hipotecar o futuro desta autarquia: estas Contas revelam uma situação dramática e uma gestão claramente ineficaz. O passivo da Câmara Municipal de Santarém ascende a cinquenta milhões de euros e as dívidas de curto prazo são de mais de vinte e quatro milhões. Na própria rubrica de pessoal constata-se que estão em dívida quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e três euros. -----

--- A Câmara Municipal de Santarém apresenta um crescendo de dívidas e de forma preocupante apenas treze por cento dos pagamentos incidiu sobre dívidas de anos anteriores, ou seja, estamos a assistir a um acumular de dívida que naturalmente trará reflexos negativos: dificuldades para os fornecedores e menor confiança na Câmara, que se poderá traduzir no futuro em custos mais elevados. -----

--- Deste modo, o ano de dois mil e três apresenta um prejuízo de quase nove milhões de euros, ou seja, um desequilíbrio que agrava a anterior situação e compromete gerações futuras, remetendo-lhes uma pesada factura desta gestão que muito promete, mas apenas realiza trinta e dois por cento do prometido além de aumentar o buraco financeiro. -----

--- Uma outra análise concluirá que cinquenta e oito por cento da receita se destina a despesas com Pessoal e Fornecimentos e Serviços, ou seja, estas despesas tiveram um aumento global de trinta e oito por cento. Assim, são reforçadas as posições tomadas pelo PSD - Partido Social Democrata ao longo deste mandato, contra a actual gestão, contra o actual despesismo, em nome de mais investimento no nosso concelho.-----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- Em suma, este é o estado a que a gestão socialista tem conduzido a Câmara Municipal de Santarém. E qualquer argumento sucumbe perante a realidade: mais despesa corrente, menos investimento, mais dívidas.”-----

--- Seguidamente procedeu a uma análise exaustiva dos documentos, discordando de algumas afirmações constantes nos mesmos e solicitou esclarecimentos sobre algumas rubricas que lhe levantaram dúvidas, nomeadamente sobre o Parque de Negócios da Quinta da Mafarra, equipamento informático, facturas em recepção/conferência, situação de contratos. Levantou também questões relacionadas com as reconciliações bancárias. -

--- Considerou extremamente importante para a gestão, a implementação de um sistema de controlo interno, devendo fazer-se um esforço nesse sentido. -----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** começou por criticar o baixo grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que não ultrapassou os cinquenta por cento em nenhuma das rubricas, em termos globais, sendo até inferior ao do ano de dois mil e dois. -----

--- Referiu que no início do mandato pensava que seria possível resolver, de uma forma mais coerente e mais clara, a situação económica da Câmara. -----

--- Considerou a situação da Câmara grave, referindo que o endividamento a curto prazo é superior ao endividamento a médio e longo prazo, tendo passado de quarenta e seis por cento em dois mil e dois para cinquenta e cinco por cento em dois mil e três. No caso do endividamento a médio e longo prazo passou de cinquenta e quatro por cento para quarenta e cinco por cento em dois mil e três. -----

--- Considerou ter havido um exagerado aumento da dívida a fornecedores, e que pressupõe que o investimento está a ser feito à sua conta. -----

--- Salientou o facto de cerca de sessenta por cento das receitas de Câmara estarem cativas nas despesas com Pessoal, aquisição de serviços e com serviço de dívida. Considerou que a manter-se o endividamento a curto prazo será a asfixia total não sendo possível continuar a gerir a Câmara. -----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- Em seu entender, nesta situação, haveria três soluções possíveis: vender o imobilizado para realizar dinheiro, recorrer ao crédito transformando as dívidas de curto prazo em médio e longo prazo para ser possível gerir a Câmara, o que não é possível porque a Lei não o permite ou fazer aquilo que nas empresas se chama “emagrecimento”, o que também não é possível porque a Câmara não pode despedir funcionários. -----

--- Referiu-se, a seguir, as situações que lhe parece que estão a fazer com que os custos para a Câmara sejam mais elevados. A este propósito chamou a atenção para dívidas à Caixa Geral de Aposentações que tem como consequência que a Caixa Nacional de Pensões não pague as pensões aos novos reformados e a Câmara tenha que assumir este pagamento. -----

--- Solicitou também explicações relativamente a dívidas à ADSE- Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública que considerou ser um mau princípio. -----

--- Prosseguiu referindo que a gestão que foi feita durante o ano de dois mil e dois não é aquela que gostaria que tivesse acontecido, porque mais de cinquenta por cento do que estava planeado não aconteceu e não lhe parece que seja possível em ano e meio de mandato alterar a situação.-----

--- Lamentou que no final do mandato a Câmara não tenha capacidade de negociação, todavia a gestão económica foi errada e não lhe parece fácil sair desta dificuldade quando se passa, por exemplo, de dezasseis milhões de euros de dívidas a fornecedores para cerca de vinte e cinco milhões, num ano. -----

--- Chamou ainda a atenção para o absentismo que, nalguns casos, lhe parece exagerado.

---

--- A concluir, considerou que se a gestão tivesse sido mais equilibrada seria possível à Câmara investir mais.-----

--- O **senhor Presidente** interveio novamente lembrando que a gestão da Câmara é tripartida uma vez que o PS - Partido Socialista não tem a maioria e, portanto, todas as

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

decisões de despesa carecem objectivamente da participação de outras forças políticas. A este propósito sublinhou que a grande maioria das decisões têm sido aprovadas por unanimidade.-----

--- Prosseguiu referindo que, efectivamente, algumas despesas correntes aumentaram na convicção de que se estava a fazer o necessário para que os munícipes tivessem uma melhor prestação de serviços. -----

--- Disse terem aumentado as despesas correntes em áreas consideradas essenciais, como a educação, onde se verificou um forte acréscimo, nas áreas sociais, no apoio aos idosos, designadamente com a criação da Universidade da Terceira Idade, no apoio aos imigrantes e na área do planeamento. -----

--- Lembrou sempre ter dito que a situação financeira era complicada e a missão deste Executivo não seria fácil, todavia os desafios seriam interessantes. -----

--- Referiu que, face aos poucos meios financeiros da Câmara, a opção poderia ser não fazer obras no Concelho e não aumentar as despesas correntes essenciais, ou seja, a Câmara limitava-se a pagar as dívidas e a fazer um saneamento financeiro. -----

--- Afirmou que tudo fará para manter as contas equilibradas, mas a sua prioridade é conseguir o máximo de investimentos com os apoios comunitários que estão à disposição da Câmara. -----

--- Referiu que à difícil situação financeira que este Executivo encontrou quando iniciou este mandato, há a acrescentar as medidas governamentais que impedem o acesso das autarquias ao crédito bancário e, ainda, a crise económica do País. -----

--- Em seu entender, face à situação financeira da Câmara, à situação financeira do País e dado o contexto nacional e internacional, foram tomadas as melhores opções conseguindo-se cumprir as metas relacionadas com os investimentos participados pelos Fundos Comunitários e conseguindo realizar obras prioritárias mesmo sem o apoio do Governo a algumas candidaturas apresentadas. -----



ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- Lembrou também as verbas que a Autarquia tem adiantado para investimentos da responsabilidade da Administração Central, nomeadamente na área da educação, com protocolos assinados, cujas verbas ainda não foram recebidas. -----

--- Salientou os investimentos feitos com a aquisição de terrenos, o aumento do capital social do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas que a Câmara acompanhou com grande esforço financeiro e, ainda, o apoio às iniciativas das escolas e das associações. -----

--- No que se refere às juntas de freguesia disse terem recebido mais de um milhão de euros ao longo do ano, de acordo com o que estava protocolado, muito embora gostasse de ter transferido muito mais. -----

--- Disse concordar com a senhora Vereadora Hélia Félix no que se refere ao sistema de controlo interno e lembrou que a proposta de estrutura orgânica já contempla um Gabinete para esse fim.-----

--- Relativamente à questão dos encargos sociais, levantada pelo senhor Vereador José Marcelino, referiu que os mesmos não se reportam apenas ao ano de dois e três. As contas reflectem o que foi possível pagar em dois mil e três. Acrescentou que durante o ano de dois mil e três se pagou integralmente a dívida de dois mil e dois e no início de dois mil e quatro já se pagou a dívida referente ao ano de dois mil e três. -----

--- Sublinhou também a diminuição de receitas provenientes de impostos como é o caso da sisa e da derrama, assim como também houve um abrandamento das taxas de loteamentos e obras face à decisão política de elaborar planos de pormenor. -----

--- As Contas apresentadas – prosseguiu – reflectem uma situação complicada e reflectem também as opções que inevitavelmente tinham que ser feitas. -----

--- Disse estar convicto de que estar na política também significa ter preocupações sociais e não apenas preocupações economicistas.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vereador Joaquim Neto** que começou por aludir à concentração dos serviços do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente num edifício o que constituiu uma mais valia e contribuiu para a melhoria dos serviços.-----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Salientou os investimentos feitos a nível dos sistemas de informação no sentido de melhorar e reforçar o apoio aos munícipes e que ainda não tiveram reflexos em termos de receitas. -----

--- Aludiu aos planos de pormenor que estão a ser elaborados e que começam a ter reflexos nas despesas correntes. Lembrou também, a revisão do Plano Director Municipal que está a decorrer dentro do ritmo esperado. -----

--- Na área dos espaços verdes salientou a elaboração de diversos projectos, nomeadamente, Largo do Rossio, em Pernes e zona verde do Vale de Santarém, que constituem antigas aspirações da população. Ainda neste âmbito, disse estarem concluídos os projectos do Largo Glauco de Oliveira, em Alcanhões, do jardim de Amiais de Baixo e a segunda fase do projecto Al-margem.-----

--- Por outro lado, a entrega de vários loteamentos à Câmara teve como consequência o aumento das despesas correntes dada a necessidade de manutenção dos espaços verdes.-

--- Na área do Desporto houve um aumento das participações destinadas aos clubes. Verificaram-se também alguns investimentos com uma participação financeira significativa por parte da Câmara, como foi o caso do arrelvamento sintético do campo de futebol do Clube Desportivo Amiense, do polidesportivo da Romeira, do polidesportivo de Azoia de Cima, bem como um conjunto de outras instalações que foram recuperadas.-----

--- No que se refere à Educação houve um claro aumento no apoio às escolas e jardins de infância. -----

--- Em termos de investimento salientou a construção da Escola de São Domingos, a construção do pavilhão desportivo da Escola do Ensino Básico segundo e terceiro ciclos de Dom João II, Jardim de Infância de São Vicente do Paúl e pintura de Escola Ginestal Machado e diversas obras de recuperação e manutenção.-----

--- Verificou-se a elaboração de projectos de recuperação da Escola das Fontainhas, Jardim de Infância da Romeira, Escola e Jardim de Infância de Azoia de Cima e Jardim de Infância da Moçarria. -----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- A concluir, afirmou que, apesar das críticas, verificou-se que o investimento per capita no Concelho de Santarém aumentou dezasseis por cento relativamente ao ano de dois mil e dois. -----

--- Interveio a seguir a senhora **Vereadora Idália Moniz** que começou por afirmar que é impossível diminuir despesas e manter uma actividade cultural e social com qualidade. -

--- Seguidamente procedeu a uma análise das actividades de âmbito cultural e social desenvolvidas no ano de dois mil e três, referindo que na área do património se desenvolveram actividades de investigação arqueológica que permitiram enriquecer a informação que existe sobre Santarém. Disse considerar uma mais valia para o Concelho a produção de conhecimento que se efectua a partir destes processos de requalificação dos espaços públicos.-----

--- No âmbito das actividades culturais referiu que se tem tentado, com algum êxito, desenvolver uma programação cultural para a cidade e para as freguesias rurais, em colaboração com as associações e juntas de freguesia, descentralizando muitas actividades.-----

--- Consolidaram-se alguns aspectos, como o Ciclo de Música Antiga e o Festival da Dança Contemporânea. Organizaram-se os Congressos Mundial das Cidades Taurinas e o do Infante Santo. Também se realizou a Feira do Livro estando, para este ano, também já prevista uma segunda edição. -----

--- Na área da acção social disse terem sido implementados vários projectos que também não seriam possíveis sem o recurso às despesas correntes. Durante o ano de dois mil e três foi implementado o programa de rede social. Elaborou-se o Diagnóstico social do Concelho de Santarém que vai permitir fazer uma intervenção mais racional e que também teve a colaboração das associações e juntas de freguesia. -----

--- Disse ter acompanhado o Rendimento Social de Inserção, considerando muito importante que haja uma articulação entre todas as entidades do Concelho sendo necessário para isso afectar recursos humanos.-----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- O projecto “Crescer Cidadão” também resultou de uma parceria e, na sua perspectiva, implementou medidas importantes para o Concelho de Santarém. -----

--- Referiu ter sido lançado um portal de emprego para ajuda à construção de currículos e à procura de emprego que permitiu reduzir a exclusão social. -----

--- Disse ter sido prestado apoio às actividades com deficientes, tendo, neste âmbito, sido criado o Gabinete de Informação, Divulgação, Apoio e Intervenção às Famílias das Pessoas com deficiência que desenvolve actividades muito importantes porque quando se fala de exclusão social também se fala de deficientes. Esta iniciativa, mais uma vez, representa afectação de meios e recursos que irão aumentar as despesas correntes. -----

--- Foi criado o Gabinete da Psicologia das Crianças e Adolescentes, em colaboração com o Centro de Saúde, o Hospital Distrital de Santarém e com os Agrupamentos Escolares, que veio permitir fazer a despistagem de muitos problemas comportamentais e veio permitir fazer a articulação entre professores e a comunidade médica do Concelho de Santarém. -----

--- Também o Gabinete de Apoio aos Imigrantes e Minorias Étnicas prestou apoio a inúmeros imigrantes do Concelho e do País. -----

--- Referiu que também se está a intervir na Prevenção Primária da Toxicoddependência e, estes Planos de Prevenção Primária obrigam a mais afectação de recursos humanos e equipamentos, sublinhou. -----

--- Desenvolveu-se, também, um plano de apoio aos mais idosos com diversas iniciativas. -----

--- Salientou as actividades desenvolvidas na Casa do Brasil, o que também obriga à afectação de recursos. Sublinhou o aumento de visitantes e utentes da Casa do Brasil referindo que se verificou um aumento de vinte vírgula quarenta e nove por cento face ao ano de dois mil e dois. -----

--- A finalizar disse considerar que não vale a pena intervir em áreas sociais e culturais para reduzir as assimetrias que cada vez vão sendo maiores e, depois, não se ter a noção

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

muito clara de que sem uma afectação de meios e recursos humanos não é possível implementar estas medidas.-----

--- Interveio também o senhor **Vereador Manuel Afonso** que referiu que não se pode pugnar pela construção de equipamentos e depois não os utilizar, como é o caso do Complexo Aquático que custa à Câmara cerca de seiscentos mil euros por ano para manter em funcionamento.-----

--- Considerou que deve ser feito um esforço para reduzir o endividamento mas, por outro lado, há carências nas freguesias cuja resolução implica aumento de despesas correntes. -----

--- A seguir, a pedido do senhor Presidente, os serviços respectivos prestaram os esclarecimentos solicitados pelos senhores Vereadores. -----

--- Verificaram-se ainda intervenções dos senhores Vereadores Soares Cruz, José Andrade e, novamente da senhora Vereadora Hélia Félix e do senhor Presidente, após o que se submeteu a votação o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém, do ano de dois mil e três, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores José Marcelino, Hélia Félix, José Andrade e Soares Cruz e a favor do senhor Presidente e senhores Vereadores Manuel Afonso, Joaquim Neto e Idália Moniz e voto de qualidade do senhor Presidente. -----

--- Mais foi deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal de Santarém, para efeitos de apreciação e votação.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

--- “Votámos contra esta prestação de contas, na medida em que ela é o retrato de uma gestão que em muito penaliza o nosso concelho.-----

--- Não podemos concordar com uma gestão que aumenta em quarenta e nove por cento as dívidas de curto prazo e desta forma manifestamos a nossa mais profunda discordância. No entanto, mais grave do que a dívida é a escassez de obra, de investimento, de realização de projectos para o desenvolvimento do nosso concelho. ----

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Uma gestão que mesmo com um aumento de receita de treze por cento, aumenta as dívidas de curto prazo quarenta e nove por cento e realiza zero por cento de muitos dos seus projectos, não poderá nunca obter a nossa concordância. -----

--- De facto, do Plano Plurianual de Investimentos apenas foi realizado trinta e dois por cento.-----

--- Assim, é com as sucessivas gestões socialistas nesta autarquia que o seu passivo ascende a cinquenta milhões de euros, tendo a actual gestão se revelado particularmente preocupante do ponto de vista financeiro. No entanto, os números falam por si: aumento de sessenta e três por cento nas despesas com Fornecimentos e Serviços Externos, aumento de mais de oito milhões de euros nas dívidas de curto prazo num só ano, não pagamento de dívidas de anos anteriores, Juntas de Freguesia a receberem nada ou quase nada.-----

--- É necessária uma reestruturação financeira da Câmara, com a tomada de medidas urgentes tendentes ao seu equilíbrio. Não é possível continuar a aumentar as dívidas de curto prazo a um ritmo de quase cinquenta por cento ano, sob pena de a Câmara não ter capacidade para solver no futuro os seus compromissos. Compromissos com fornecedores, associações e instituições, que não sendo cumpridos podem até conduzir à falência de pequenas empresas, que não tenham capacidade de financiamento para suportar os atrasos cada vez maiores da Câmara, e à paralisação de muitas das instituições do nosso concelho. -----

--- É preciso que a Câmara seja uma pessoa de bem, que honre os seus compromissos. É necessário, como temos vindo a afirmar desde o início do nosso mandato, canalizar os recursos prioritariamente para investimento, de forma a desenvolver económica e socialmente o concelho em que vivemos.-----

--- É urgente um novo modelo de gestão com um maior rigor, com um maior aproveitamento dos recursos disponíveis, é isso que as populações esperam por nós. Da nossa parte, e porque somos uma oposição responsável e consciente, temos apenas uma mensagem para os eleitos do PS - Partido Socialista: se estiverem disponíveis para

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

inverter a actual situação com a implementação de novas políticas de rigor e de desenvolvimento do nosso concelho estaremos disponíveis para vos apoiar. Para o bem do concelho, contem connosco. Para continuarem a hipotecar o futuro, não!” -----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** referiu que a sua intervenção constituía a sua **Declaração de Voto.** -----

--- O **senhor Presidente** teceu o seguinte comentário: -----

--- “Fiquei satisfeito com a disponibilidade manifestada pelo PSD - Partido Social Democrata na Declaração de Voto que me apraz registar. -----

--- Em termos de política global, provavelmente se não fossem as Autarquias a fomentar o investimento público muitas empresas já teriam falido neste País, porque de facto aquilo que a Administração Central fez foi reduzir o investimento do País de tal forma que estamos num período de recessão causado claramente por essa obsessão orçamental que todos conhecemos e portanto, ainda bem que há autarquias que vão fazendo algum investimento porque senão muito mal andaria o País.” -----

--- **CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM** – Para efeitos de apreciação e votação, foram presentes os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Após apresentação dos documentos pelo senhor Presidente, interveio a senhora **Vereadora Hélia Félix** que sublinhou a boa gestão praticada pelos Serviços Municipalizados o que, em seu entender, demonstra que a gestão tripartida tem resultado.

--- Salientou o facto de os Serviços Municipalizados apresentarem um resultado líquido de oitocentos e setenta e oito mil euros, e os meios libertos serem de um milhão setecentos e trinta mil euros. Concluiu que em dois mil e três os Serviços Municipalizados conseguiram libertar fundos de um montante que é extremamente significativo, pelo que não podia deixar de realçar esta situação. -----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- O senhor **Vereador José Marcelino** também salientou os bons resultados apresentados pelos Serviços Municipalizados, referindo que criaram mais valias para o concelho, nos últimos quatro anos, de mais de cinco milhões de euros dos quais três milhões de euros nos últimos dois anos. -----

--- Em sua opinião este aumento do rendimento dos Serviços Municipalizados não se deve ao aumento da venda de água, mas a um melhor aproveitamento dos recursos, a uma melhor gestão e ao aumento da produtividade dos trabalhadores.-----

--- Sublinhou o esforço e dedicação dos directores e técnicos dos Serviços Municipalizados de Santarém, que ficaram com mais responsabilidades na gestão dos Serviços, uma vez que o Conselho de Administração não está a tempo inteiro. -----

--- Salientou também o notório esforço de todos os trabalhadores que está demonstrado nos resultados obtidos e no aumento de produtividade. -----

--- O **senhor Presidente** confirmou os bons resultados obtidos nos Serviços Municipalizados, como já vem sendo habitual pois há condições para que tal possa acontecer.-----

--- Acrescentou que se os Serviços Municipalizados também fossem responsáveis pelo saneamento, provavelmente os resultados não seriam os mesmos. -----

--- Referiu ainda, que se os Serviços Municipalizados pudessem recorrer ao crédito, poderiam aproveitar a gestão que tem sido feita para melhorarem o serviço prestado e aumentarem os investimentos porque ainda se verificam necessidades em várias freguesias. -----

--- Também aqui a metodologia encontrada pelo Governo relativamente ao endividamento não vem facilitar a boa gestão que podia ser potenciada. -----

--- O senhor Presidente submeteu, a seguir, a votação o Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Mais foi deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal de Santarém, para efeitos de apreciação e votação. -----



ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

**--- ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO GLOBAL DAS ENCOSTAS DE SANTARÉM** – Foi presente uma informação datada de onze do mês findo, subscrita

pelos senhores Arquitecta Paisagista Catarina Durão, Arquitecto Humberto Martinho, Engenheiro Manuel Agudo e Dr. Ricardo Braz, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência do desenvolvimento do processo de elaboração do protocolo entre a Câmara Municipal e a administração central, a comissão interna de acompanhamento das barreiras, considera necessário que o projecto global abranja todas as encostas do planalto principal da cidade de Santarém (Anexo I). -----

--- O estudo deverá conter uma caracterização e análise em termos biofísicos, geológicos e sua relação com a estrutura urbana, tendo presente que as encostas de Santarém encerram especificidades de natureza ambiental, paisagística, geológica e geomorfológica que não podem ser dissociadas da estabilidade. -----

--- Com base no estudo global deverão ser apresentadas soluções/propostas que permitam a estabilização integrada das encostas de forma sustentável através de projectos e normas de execução/gestão nas várias disciplinas de estudo, no sentido da revitalização e vivência deste sistema. -----

--- Considerando a dimensão da área de estudo, a Comissão prioriza como principal área de intervenção, a delimitada no anexo II.” -----

--- Os documentos referidos na informação ficam anexos à presente acta dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei (Documento III). -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita, devendo remeter-se o assunto ao Ministério do Ambiente e das Obras Públicas. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz.-----

**--- CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE VALE DE FIGUEIRA – CONSTRUÇÃO DE CRECHE E LAR DE IDOSOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO –**

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

Pelo Departamento de Assuntos Culturais e Sociais foi presente a informação número setecentos e noventa e seis, de trinta e um de Julho do ano findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da Candidatura à construção de uma Creche e Lar de Idosos, apresentada pelo Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira, a Câmara Municipal de Santarém, na qualidade de Presidente do Conselho Local de Acção Social, solicitou ao Núcleo Executivo deste Conselho, emissão de parecer sobre a referida candidatura, que junto se anexa.-----

--- De acordo com a deliberação do Executivo Camarário de vinte e cinco de Setembro de mil novecentos e noventa e cinco, este serviço tem informado processos referentes à comparticipação em fase de obra, contudo face à natureza do pedido e considerando que a criação dos equipamentos referenciados irão permitir a fixação da população e contribuir para o desenvolvimento local, sugere-se a atribuição de subsídio para as despesas provenientes da elaboração dos projectos de Arquitectura e Especialidades.”---

--- O senhor Vereador Joaquim Neto propôs: -----

--- “Considerando o presente parecer e tendo em conta que o Gabinete de Apoio Técnico não tem disponibilidade para em tempo útil desenvolver o projecto, sendo também de referir que mesmo que fosse o Gabinete de Apoio Técnico a elaborar o projecto, o mesmo tinha custos para a Câmara Municipal, proponho a atribuição de um subsídio equivalente a sessenta por cento do custo dos projectos de Arquitectura e Especialidades devendo o Centro de Bem Estar Social de Vale de figueira apresentar documento comprovativo da despesa para cálculo do valor do subsídio a atribuir. De referir que o orçamento apresentado é no montante de quinze mil e quinhentos euros mais IVA.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Joaquim Neto. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz.-----

--- **ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E MELHORAMENTOS DE AMIAIS DE BAIXO – CONSTRUÇÃO DE LAR DE IDOSOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO –**

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

Pelo Departamento de Assuntos Culturais e Sociais foi presente a informação número setecentos e noventa e sete, de um de Agosto do ano findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do ofício da Associação de Solidariedade e Melhoramentos de Amiais de Baixo, referente ao pedido de comparticipação financeira para apoio a encargos com o projecto de especialidades com vista à construção de um Lar de Idosos, considerou este serviço pertinente levar o assunto a análise do Núcleo Executivo do Conselho Local Acção Social de Santarém (Programa Rede Social), que pelo facto de se concluir que esta candidatura já havia sido analisada pelos Serviços do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santarém não emitiu qualquer parecer.-----

--- Face ao que, consideramos relevante informar que se trata de um equipamento social inexistente, na freguesia e freguesias limítrofes, e que segundo análise dos Cadernos de Indicadores do Pré-diagnóstico Social, a população idosa representa quarenta por cento da população total da freguesia com um índice de envelhecimento superior a cem por cento pelo que, se sugere a atribuição de subsídio para os fins solicitados, correspondendo ao esforço da Instituição Local e possibilitando com a sua criação uma melhoria significativa na qualidade de vida da População.” -----

--- O senhor Vereador Joaquim Neto propôs: -----

--- “Considerando o presente parecer e tendo em conta que o Gabinete de Apoio Técnico não tem disponibilidade para em tempo útil desenvolver os projectos e tendo também em atenção que mesmo que fosse o Gabinete de Apoio Técnico a elaborar os projectos haveria custos para a Câmara Municipal de Santarém, proponho a atribuição de um subsídio equivalente a sessenta por cento do custo dos projectos de Arquitectura e Especialidades, devendo a Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Amiais de Baixo apresentar documento comprovativo da despesa para cálculo do valor do subsídio a atribuir. De referir que o orçamento apresentado é no montante de catorze mil e setecentos euros mais IVA.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Joaquim Neto. -----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz.-----

--- **CASA DO BENFICA DE SANTARÉM – TORNEIO DE JUDO E HOMENAGEM AO ATLETA OLÍMPICO NUNO DELGADO - PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pelo Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente foi presente a informação número catorze, de onze de Abril do ano findo, do seguinte teor: -----

--- “A Casa do Benfica de Santarém, com o apoio da Câmara Municipal organizou no dia trinta de Março do presente ano nesta cidade um Torneio de Judo para Seniores – Masculinos a contar para o ranking Nacional pelo que estiveram presentes os melhores atletas de Portugal.-----

--- Nesta oportunidade e considerando o mais elevado nível da competição o mesmo foi integrado numa homenagem de Santarém ao Atleta Olímpico NUNO DELGADO, Município deste concelho recenseado na Freguesia de Marvila e que iniciou a prática do Judo nesta cidade.-----

--- Por este motivo a Casa do Benfica em colaboração com a Associação de Judo do Distrito de Santarém promoveram esta iniciativa em Santarém solicitando o imprescindível apoio da Câmara Municipal com a cedência de refeições, instalações desportivas e comparticipação financeira para auxiliar nos custos com as arbitragens, troféus e especialmente na lembrança entregue ao Nuno Delgado – um quimono em cristal especialmente concebido para esta homenagem.-----

--- Considerando os elevados custos da organização proponho à superior consideração de V.ª Ex.ª atribuição de uma comparticipação financeira à Casa do Benfica de Santarém no valor de novecentos euros.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de novecentos euros à Casa do Benfica para apoio ao Torneio de Judo e Homenagem ao Atleta Olímpico Nuno Delgado.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz.-----

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

**--- JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DA ISENTA – GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DA FREGUESIA DE PÓVOA DA ISENTA – PEDIDO DE SUBSÍDIO**

– Pelo secretário do Vereador do Desporto foi presente a informação número trinta e oito, de doze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “A Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta, organiza desde o ano dois mil um Grande Prémio de Atletismo integrado nas comemorações do Dia Vinte e Cinco de Abril, sendo anteriormente denominado por Grande Prémio duas Freguesias, porque era organizado em parceria com a Junta de Freguesia do Vale de Santarém.-----

--- Desde o ano anterior assumiram autonomamente a realização da prova, necessitando de angariar apoios para custear as despesas com os prémios, divulgação e refeições.-----

--- Neste sentido solicitam uma comparticipação financeira da Câmara Municipal de Santarém idêntica à do ano anterior ou o pagamento de facturas de despesas.-----

--- Atendendo ao exposto, proponho à superior consideração de V.ª Ex.ª com parecer favorável à atribuição de uma comparticipação financeira, igual à dos anos anteriores, no valor de mil euros.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de mil euros à Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta para apoio à organização do Grande Prémio de Atletismo da Freguesia.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz.-----

**--- INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO – PARECERES NOS TERMOS DA PORTARIA CENTO E NOVENTA E SEIS – A/DOIS MIL E UM, DE DEZ DE MARCO**

– UM - Foi presente um ofício do Centro de Emprego de Santarém solicitando a emissão de parecer sobre o projecto de candidatura aos apoios no âmbito da medida Iniciativas Locais de Emprego, apresentado por Bernardo Manuel Vargas Correia de Almeida Ramos, com o objectivo de fornecer serviços de desinfectações em estabelecimentos de empresas e em casas de particulares, criando um posto de trabalho.

ACTA N.º 010/004  
Reunião de 19 de Abril de 2004

--- A Câmara deliberou por unanimidade, emitir parecer favorável à candidatura em apreço. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz. -----

--- DOIS - Foi presente um ofício do Centro de Emprego de Santarém solicitando a emissão de parecer sobre o projecto de candidatura aos apoios no âmbito da medida Iniciativas Locais de Emprego, apresentado por Trevo Azul – Construção e Manutenção de Piscinas e Espaços Verdes, Limitada, com o objectivo de comercializar, construir e manter piscinas e espaços verdes, criando três postos de trabalho. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, emitir parecer favorável à candidatura em apreço. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz. -----

--- **VENDA DE FRACÇÃO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE – PEDIDO DE MARIA FERNANDA FERREIRA DOS SANTOS VAZ** – Foi presente uma carta de **Maria Fernanda Ferreira dos Santos Vaz**, residente em Santarém na Praceta Albertino Henriques Barata, número um, segundo direito, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando autorização para proceder à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “F”, correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Quinta do Mergulhão, Praceta Albertino Henriques Barata número um, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade. -----

--- Solicita ainda certidão em como a Câmara autoriza hipoteca da mesma fracção a favor do Banco BPI S.A., reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão e renunciando ainda ao direito de preferência na transmissão efectuada, bem como noutras que venham a ocorrer. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção “F” correspondente ao segundo

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

andar direito, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, Praceta Albertino Henriques Barata, número um, freguesia de São Nicolau, nesta cidade. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz.-----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Acordo de Patrocínio celebrado entre a **Câmara Municipal de Santarém** e a **Unicer - Bebidas de Portugal, SGPS, SA** para funcionamento do Bar e do Ciber-Café do Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofícios da **Assembleia Municipal de Santarém** informando que foram aprovados, em Sessão Extraordinária daquele órgão, realizada em dezassete de Março último, os seguintes assuntos:-----

--- - Um - Regulamento do Exercício de Diversas Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- - Dois - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Processos de Contra-Ordenação – Coimas aplicadas** no mês de Março de dois mil e quatro. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Processos de Contra-Ordenação arquivados** no mês de Março de 2004.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia três de Maio, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de

**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”:

--- Interveio o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém, que teceu alguns comentários a propósito da construção do novo quartel e do pedido de reunião ao Executivo.

**ENCERRAMENTO**

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.

--- E eu, \_\_\_\_\_ Chefe de Repartição em Regime de Substituição a redigi e subscrevi. \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE**

--- Eng.º Rui Barreiro \_\_\_\_\_

**OS VEREADORES**

--- Eng.º José Andrade \_\_\_\_\_

--- Manuel Afonso \_\_\_\_\_

--- Dr.ª Hélia Félix \_\_\_\_\_

--- Idália Moniz \_\_\_\_\_

--- Eng.º Joaquim Neto \_\_\_\_\_



**ACTA N.º 010/004**  
**Reunião de 19 de Abril de 2004**

--- Dr. Soares Cruz \_\_\_\_\_

--- José Marcelino \_\_\_\_\_